



Relatório Anual de Actividades*

3º período

a n o e s c o l a r



2014

5013

* redacção mantida em língua lusa

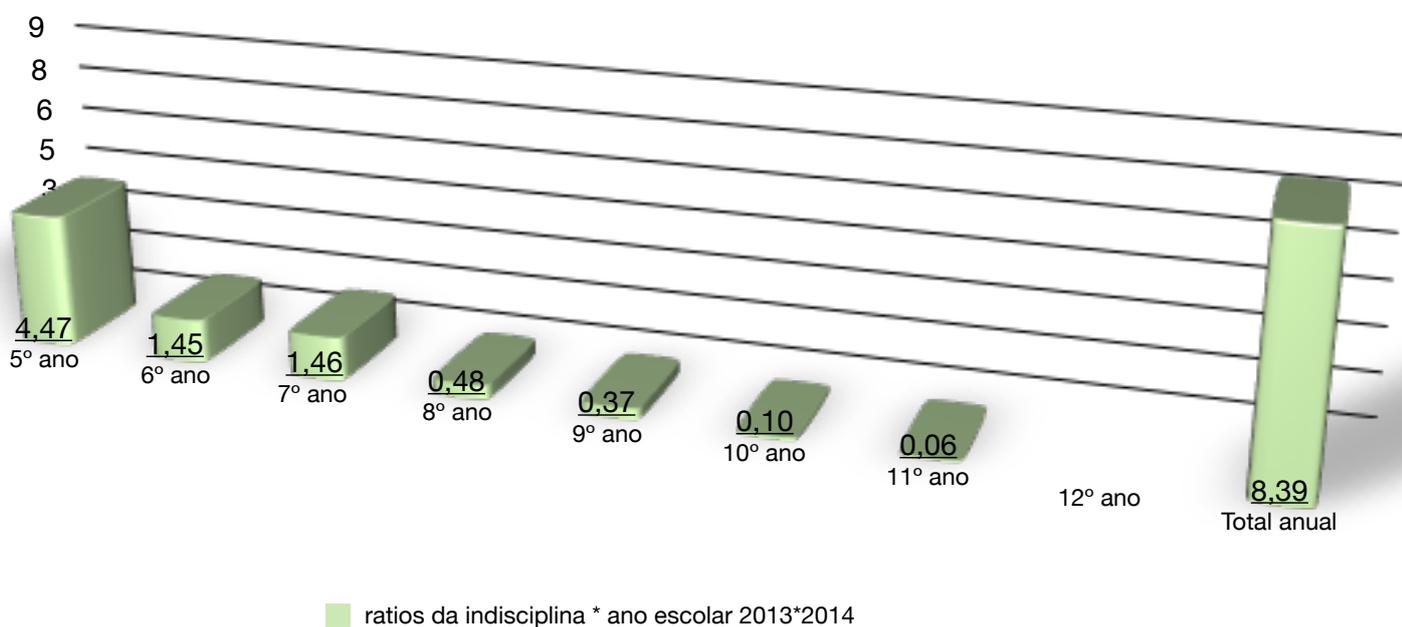
índice do relatório *"Melior est finis orationis quam principium"*¹

Nota introdutória1
 1 - Melhoria de um 2º ciclo... por melhorar.3
 2 - A humana disciplina do 3º ciclo ao Ensino Secundário.4
 a) Altruísmo e responsabilidade pessoal.4
 b) inclusão-exclusão versus introversão-extroversão5
 Conclusão5
 Adenda: versão textual convertida do relatório7

Nota introdutória

Nos anais do **GPI**, o ano escolar 2013*2014 findo registou os melhores *ratios* no campo da indisciplina num total anual de 8,39. (cf. gráfico 1)

gráfico 1: Registo dos ratios por anos * ano escolar 2013*2014



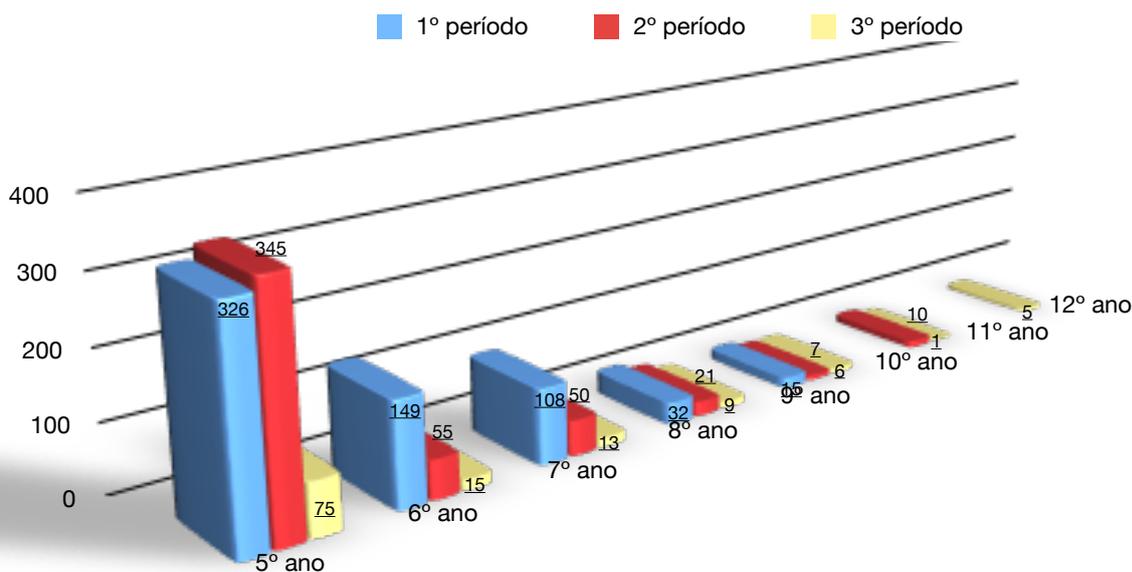
¹ "É melhor o fim do discurso do que o principio". in Vulgata, Eclesiastes 7.9.

Poder-se-á explicar tais resultados com a mudança nos procedimentos dos registos efectuados¹, ou talvez na mudança do funcionamento do Gabinete², ou ainda com a separação³ do espaço de “Acompanhamento de alunos” da *GPI*: do propriamente dito.

Contudo, a aposta da afectividade na relação pedagógica - como foi referido em relatórios anteriores - permitiu em muitos casos uma melhoria da comunicação entre cada discente da turma e os docentes que com a mesma conviveram; permitiu valorizar o sentimento de autoridade que cada qual foi conquistando na sua prática pedagógica e pôde traduzir-se numa maior ou menor confiança que cada um conseguiu depositar no outro. Notaram-se progressos comportamentais e sociais que variaram com os diversos momentos dos períodos. Não é demais realçar aqui como a monitorização disciplinar da turma pelo seu respectivo director permitiu um melhor controlo das ocorrências com vista a melhorar a atitude discente em situação de aula.

O papel do *GPI*: foi redefinindo-se enquanto espaço de espectro amplo numa acção reparadora de alguns desequilíbrios pontuais. Acompanhou por exemplo - quando denunciado - situações de *bullying* impedindo nalguns casos que se prolongassem no tempo. Mais predominante a nível do 2º ciclo (cf. gráfico 2), revestiu-se nas formas verbal ou física (*desde de bater e empurrar, a cuspir, morder, furtar objectos pessoais,...*), mas também social (*com a exclusão de colegas nas brincadeiras, ou o espalhar de rumores e de mentiras sobre terceiros*). Por isso, o trabalhar da auto-estima do aluno - que vinha a medo queixar-se - incidiu na atenuação da insegurança e da ansiedade sentidas. Sugeriu-se ao aluno-vítima a frequência de locais mais vigiados e sempre acompanhados de colegas em quem mais podia confiar. A comunicação de situações anómalas ao EE de educação - *via director de turma* - foi feita e desde que detectadas.

gráfico 2: Evolução anual da indisciplina * ano escolar 2013|14



Outro aposta do *GPI*: foi a *mediação escolar*; neste processo, é de destacar a gestão de conflitos. Cada mediador do gabinete teve a oportunidade de usar algumas das técnicas específicas de escuta, de comunicação e de negociação para apoiar as partes em litígio. O acto comunicativo voluntário e confidencial ajudou a encontrar - salvo raras excepções - um acordo que satisfizesse as partes em conflito, pondo termo ao mesmo. Pontualmente, foi necessário recorrer aos préstimos da Polícia Segura, transitando o assunto para instâncias superiores.

¹ Nos anos anteriores, o registo das ocorrências estava a cargo do *GPI*.

² Cada docente acompanhou o aluno indisciplinado, de forma tutorial, directa ou indirectamente, com ou sem o respectivo director de turma e com maior ou menor frequência junto do encarregado de educação.

³ No ano anterior o espaço *GPI*: e “Acompanhamento de alunos” coincidiram.

1 - Melhoria de um 2º ciclo... por melhorar.

Os registos das ocorrências disciplinares por anos (cf. gráfico 2) permitiram inferir que o esforço despendido pelos colaboradores do **GPI** junto dos alunos sinalizados pelos seus directores de turma não fosse em vão.

Nos 5º anos, o *ratio* anual (cf. gráfico 3) traduz uma melhoria; contudo se os registos apontam para uma agudização das ocorrências do 1º para o 2º período, tal se deve ao facto de os alunos não terem feito pleno uso do espaço de acompanhamento - enquanto espaço alternativo ao da aula; os alunos “*extrovertidos*” nem sempre o frequentaram, preferindo avaliar agora o grau solar dos espaços exteriores, ora nos passeios matinais, ora nas partidas prolongadas de bola e berlindes. Os “atrasos” propositados mais não foram do que prolongamentos festivos dos recreios... encurtados pelos colaboradores do **GPI**. Das turmas que mais contribuíram nas ocorrências disciplinares poder-se-á apontar o 5ºE, 5ºB, o 5ºA e 5ºH (1ºJEV). De salientar que as mesmas incidiram sobre um número de alunos reincidentes (*objecto de acompanhamento tutorial*), pouco ou nada acompanhados pela família e com uma descontinuidade académica preocupante.

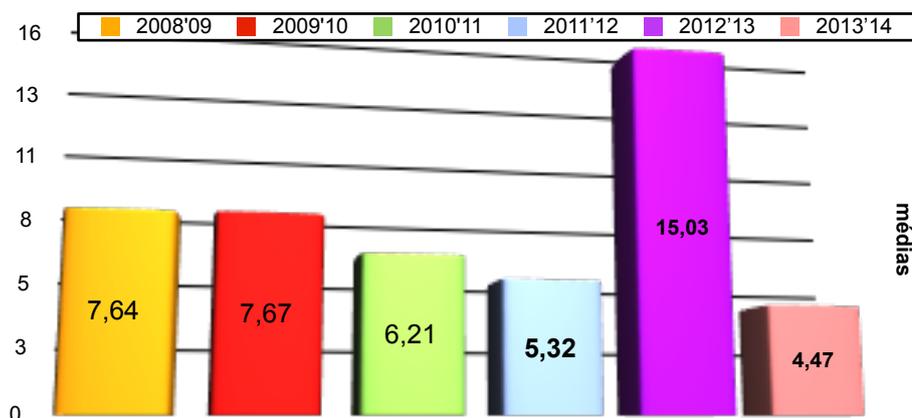


gráfico 3: ratios anuais da evolução da indisciplina (5º anos)

Nos 6º anos, o panorama (in)disciplinar foi *em decrescendo* ao longo do ano escolar; com um número inferior de ocorrências disciplinares (cf. gráfico 2), apresentou também o melhor *ratio* anual de sempre: 1,45 (cf. gráfico 4).

A prevenção e a actuação junto dos alunos disruptivos não resolveu de vezes a indisciplina. Conseguiu todavia atenuar atitudes pouco abonatórias da melhoria comportamental, a saber a desobediência às directivas dos agentes educativos, uma má postura visual, as agressões verbais e/ou físicas. Se a desobediência às directivas do professor foi uma das ocorrências mais registadas, a mesma veio a diminuir com o decorrer do ano escolar, contribuindo para a melhoria da autoridade do professor.

Embora o 2º ciclo continuasse a apresentar uma indisciplina crónica objecto de melhoria, os *ratios* apurados apontaram uma melhoria relativamente aos anos escolares anteriores, monitorizados pelo **GPI**.

Tal pode encontrar uma resposta na forma de utilização do poder nas interacções entre os utentes escolares. No quadro da problemática da indisciplina escolar, consideramos ser este uma forma de dominação, com uma tendência unilateral e desigual, que se expressa no interior dos processos dessa interacção, nomeadamente entre indivíduos com o mesmo estatuto, já observado por Scott: “*power can be understood, at its most basic, as being the production of causal effects. Social power is, then, seen as the intentional use of causal powers to affect the conduct of other agents*”².

Talvez por essa razão se tenha observado respeito e reconhecimento junto dos elementos do **GPI** na resolução de alguns conflitos e desavenças, identificando-se essas situações como formas de violência que não resultam da tentativa de anulação das hierarquias sociais ou escolares, mas antes da

¹ cf. já referidos no relatório do 2º período.

² Scott, J. (2007). Power, domination and stratification: towards a conceptual synthesis, in <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n55/n55a03.pdf> de 15 de junho de 2014.

expressão de práticas culturais ancestrais, próprias das relações entre pares juvenis, como observou João Sebastião no seu estudo sobre violência na escola¹.

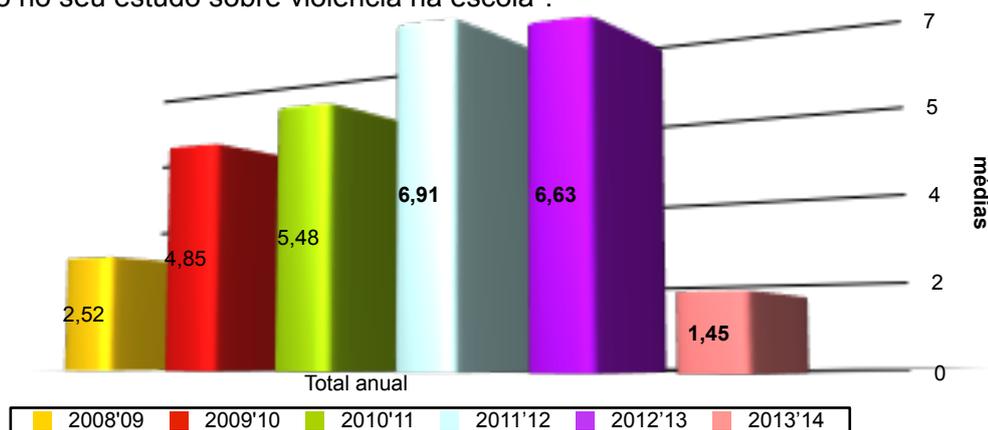
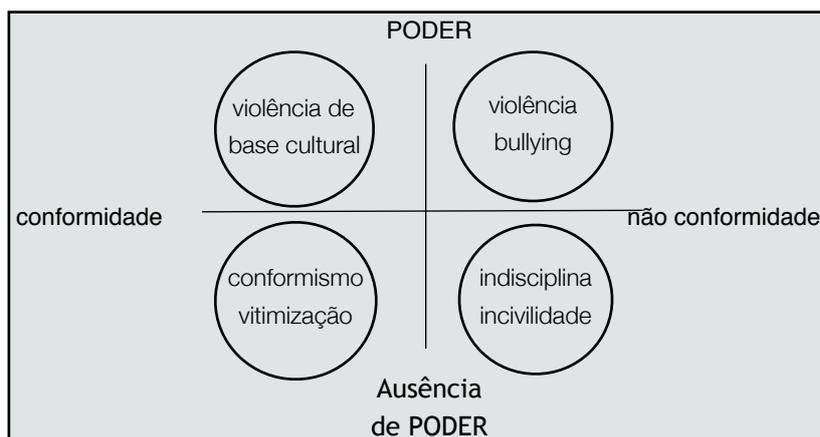


gráfico 4: ratios anuais da evolução da indisciplina (6º anos)

Daí ser difícil associarmos genuinamente tais comportamentos disruptivos à relação pedagógica; tratando - como observou Sebastião² “da actuação no contexto escolar dos quadros culturais em que os indivíduos são socializados, actuação essa frequentemente contraditória e conflitual com os princípios de socialização escolares.” O mesmo autor sintetizou o “*modelo de análise de violência na escola*” da seguinte forma:



O GP: observou como a autoridade do professor está indissociavelmente a par do poder que o mesmo exerce mantendo a disciplina, a civilidade e um reconhecimento pedagógico capaz de corrigir a violência exercida por alunos disruptivos.

2 - A humana disciplina do 3º ciclo ao Ensino Secundário.

a) Altruísmo e responsabilidade pessoal.

Não é demais relembrar a referência feita no nosso relatório do 2º período, quando (ao citar Kochanska), Susan Cain sublinhara como “a culpa funcional moderada [podia] mover altruísmo no futuro, responsabilidade pessoal, comportamento adaptável na escola e um relacionamento capaz com os pais, professores e amigos³”.

A evolução dos comportamentos nestes ciclos de ensino vem dar razão à observação da psicóloga se analisarmos os índices disciplinares dos 7º, 8º e 9º anos do gráficos 2, 5, 6 e 7. A consciência que há um culpado

¹ citado por Sebastião, João, *Violência na escola: uma questão sociológica*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém in <http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/348/1/M4.pdf> de 16 de junho de 2014.

² Sebastião, João, op.cit., página 45.

³ Cain, Susan, (2012), *Silêncio - o poder dos introvertidos num mundo que não pára de falar*, temas e debates, Círculo de Leitores,, página 195. cita,

Kochanska, Grazyna, et alii, “Guilt in Young Children: Development, Determinants, and Relations with a Broader System of Standards, Child Development 73, nº2 (março/abril de 2002) e Kochanska, Grazyna, et alii, “Guilt and Effortful Control: Two mechanisms That Prevent Disruptive Developmental Trajectories”, *Jpurnal of Personality and Social Psychology* 97, nº2 (2009), págs. 322-323.

num comportamento indisciplinado só pode ser corrigida pelo próprio actor da culpa, levando-o a corrigir-se. O aspecto que terá ainda de melhorar incide sobre a melhoria da participação dos Encarregados de Educação dos alunos indisciplinados junto dos directores de turma.

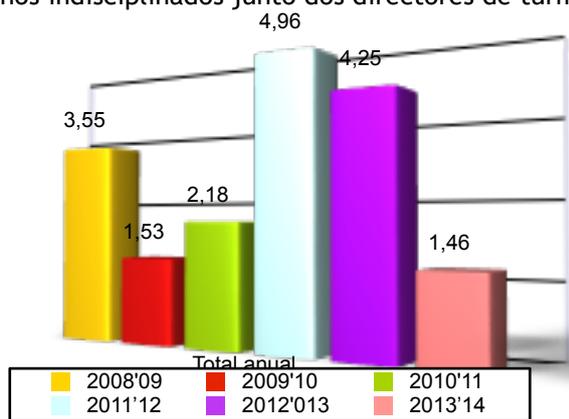


gráfico 5: ratios anuais da evolução da indisciplina (7º anos)

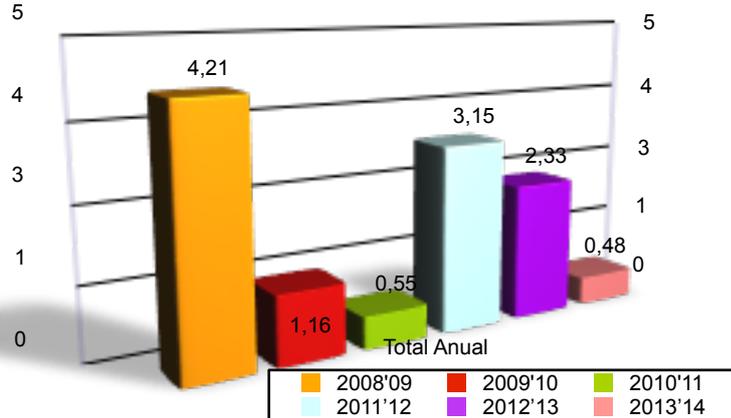


gráfico 6: ratios anuais da evolução da indisciplina (8º anos)

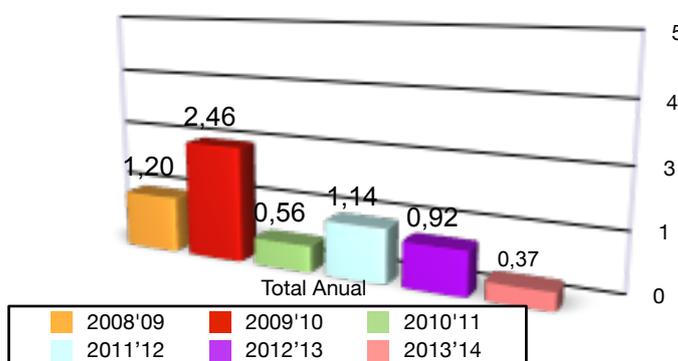


gráfico 7: ratios anuais da evolução da indisciplina (9º anos)

b) inclusão-exclusão versus introversão-extroversão

No ensino Secundário, a indisciplina é residual nos 10º e 11º anos decorrente de desobediência ao professor ou funcionário operacional, recusa no trabalho com resposta que denota uma deficiente compreensão das normas (utilização indevida de *sites* ou *objectos electrónicos*) (cf. gráfico 2), gerando necessidades desiguais em que a atitude *demens* vem irremediavelmente perturbar o comportamento *sapiens*.

Em “Navegando na educação¹” com Carlos Fontes, reconhecemos como o exercício da educação inclusiva e exclusiva pôde ao longo dos tempos - no pensamento ocidental - condicionar a nossa visão sobre a educação e os comportamentos discentes que lhe estão ligados. Não foi por mero acaso, que o esforço do **GPI** no sentido de levar o aluno a reconhecer as incorrecções decorrentes de um comportamento indisciplinado; incidiu sobre um conceito de escola inclusive e menos segregadora, integradora das desigualdades como já havia reconhecido Edgar Morin² (citado por Carlos Fontes) no século XX: “*Precisamos de ligar o homem razoável (sapiens) ao homem louco (demens), ao homem produtor, ao homem técnico...*” Hoje, o problema já é analisado mais a partir das atitudes de seres “introvertidos” e “extrovertidos”, afastando-se do cunho biológico que a filosofia grega lhe incutiu para considerar as perspectivas psicológicas e sociológicas.

Conclusão

A melhoria disciplinar registada neste ano escolar é prova de como todo o processo da indisciplina tem tendência a gerar algo de novo na criação de uma nova ordem. Embora o foco da questão tenha permanecido nos 5º anos, a remodelação da gestão escolar - quanto ao funcionamento deste gabinete - permitiu ganhar em qualidade com a gestão disciplinar feita pelo próprio director de turma; sem a sobrecarga burocrática dos

¹ <http://educar.no.sapo.pt/Exclusao.htm> em 16 de junho de 2014.

² Morin, Edgar, (1973), *O Paradigma Perdido: A Natureza Humana*, 4ª edição, publicações Europa-América.

últimos anos, o **GPI** centrou-se assim na qualidade do atendimento aos alunos sinalizados em detrimento da quantidade. O acompanhamento tutorial teve o seu desenvolvimento positivo no início do ano, definindo contudo no final do ano escolar, ao que um 3º período demasiado curto não estará alheio.

Há todavia atitudes que podem ser objecto de melhoria. Assim, todo o problema disciplinar detectado até meados do mês de outubro deveria ser matéria de uma análise mais acérrima até ao final do mês de outubro (*os conselhos de turma intercalares poderão servir para essa finalidade*). Uma reflexão primária pôde também levar-nos a questionar sobre o que levou a estimular os neurónios na libertação da Dopamina de alguns petizes mais indisciplinados, para os tornar incompreensivelmente eufóricos, a certas alturas das manhãs. Uma observação rudimentar obrigou-nos a questionar sobre o que fazem certos discentes - repetidas manhãs - sentados no espaço dos alunos quando deviam estar na sala de aula. Por que respondiam de forma incorrecta aos agentes educativos que os questionavam sobre a razão de não se encontrarem a frequentar as aulas. Perguntamos que mecanismo os pode inibir de dar esse exemplo deformador aos outros discentes. Onde estão os Encarregados de Educação?

Questionamo-nos ainda se não deveria reforçar a imagem de uma escola de qualidade na limitação dos exemplares “*frequentadores escolares*”, os mesmos que contribuem na mancha do esforço colectivo e educativo; um reforço na vigilância nas traseiras dos pavilhões e um plano concertado com os agentes da *polícia segura* na monitorização de certas atitudes anómalas não beneficiaria a prevenção de uma certa franja indisciplinar?

Desde logo, é essencial que no diagnóstico da nossa realidade escolar se definem os projectos tendentes à prevenção: uma maior intervenção nos recreios, por exemplo, quer na vertente da fiscalização quer na criação de actividades lúdicas e apelativas para as quais os alunos canalizariam as suas energias seriam bem-vindas. Nesse espaço, os alunos do 2º ciclo interagiriam de forma saudável, em vez de se assistir a pequenas brigas e lutas sob a capa diáfana das “brincadeiras”. Como refere Ana Teresa Leal¹, “*o recreio foi identificado como o local onde os alunos se sentem menos seguros dado ser mais propício a actos de violência, sendo imediatamente seguido pela casa de banho e pela paragem do autocarro. Só depois vêm locais como a sala de aula, as escadas ou o refeitório.*” Espaços de recreio agradáveis com actividades interessantes e apelativas, devidamente vigiadas, obstarão à ocorrência de muitas situações de violência, as mesmas que transitam para o espaço aula.

Laranjeiro, 18 de junho de 2014
Pela equipa do **GPI** (Gabinete da Prevenção da Indisciplina),
O coordenador: *Miguel Daluz*

¹ Leal, Ana Teresa et alii, (2013), *O Bullying e as novas formas de violência entre os jovens - indisciplina e delitos em ambiente escolar*, Série: Formação Contínua, Coordenação da Ação de Formação: Helena Bolieiro, Edição: Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, página 103, in www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Bullying/Bullying_novas_formas_violencia_escolar.pdf consultado em 15 de junho de 2014.

Adenda: versão textual convertida do relatório

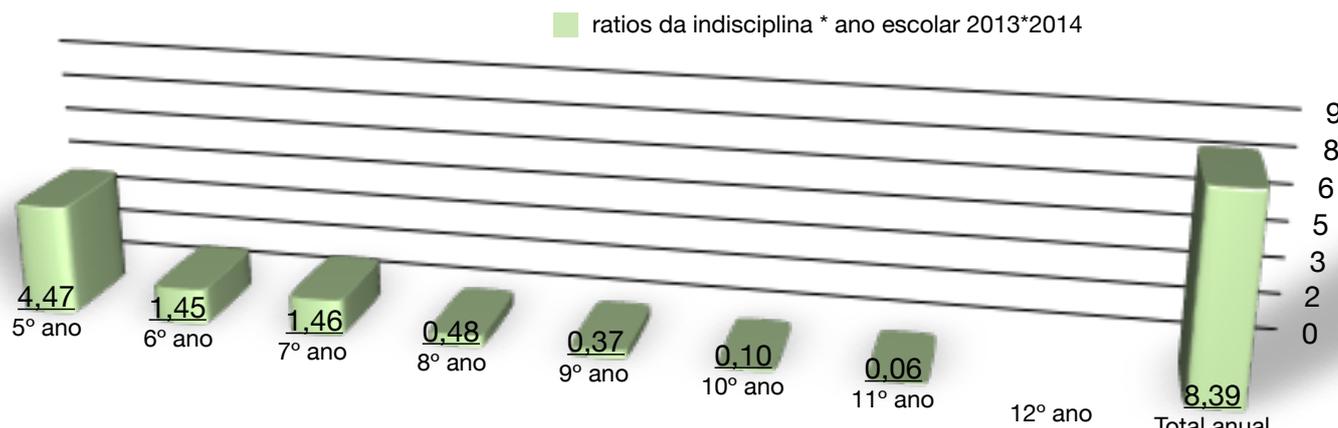
Texto flipado da língua lusa para novo idioma em <http://www.flip.pt/FLiP-On-line/Conversor-para-o-Acordo-Ortografico.aspx>, no dia 20 de Junho de dois mil e quatorze de boa memória dando-se cumprimento à Resolução da Assembleia da República nº 26/91, ratificado pelo Decreto do presidente da República nº43/91 e posteriormente a Resolução do Conselho de Ministros nº8/2011 de 15 de janeiro.

Nota ao índice do relatório: *“Melior est finis orationis quam principium”*¹

Nota introdutória

Nos anais do **GPi**, o ano escolar 2013*2014 findo registou os melhores *ratios* no campo da indisciplina num total anual de 8,39. (cf. gráfico 1)

gráfico 1: Registo dos ratios por anos * ano escolar 2013*2014

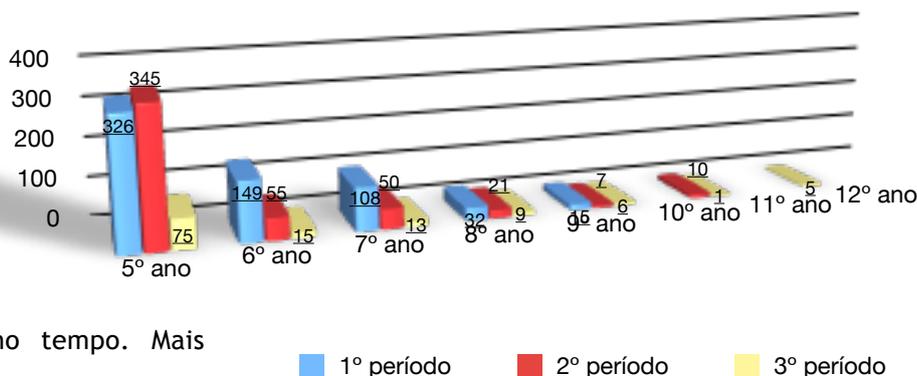


Poder-se-á explicar tais resultados com a mudança nos procedimentos dos registos efectuados², ou talvez na mudança do funcionamento do Gabinete³, ou ainda com a separação⁴ do espaço de “Acompanhamento de alunos” da **GPi** do propriamente dito.

Contudo, a aposta da afetividade na relação pedagógica - como foi referido em relatórios anteriores - permitiu em muitos casos uma melhoria da comunicação entre cada discente da turma e os docentes que com a mesma conviveram; permitiu valorizar o sentimento de autoridade que cada qual foi conquistando na sua prática pedagógica e pôde traduzir-se numa maior ou menor confiança que cada um conseguiu depositar no outro. Notaram-se progressos comportamentais e sociais que variaram com os diversos momentos dos períodos. Não é demais realçar aqui como a monitorização disciplinar da turma pelo seu respetivo diretor permitiu um melhor controlo das ocorrências com vista a melhorar a atitude discente em situação de aula.

gráfico 2: Evolução anual da indisciplina * ano escolar 2013|14

O papel do **GPi** foi redefinindo-se enquanto espaço de espectro amplo numa ação reparadora de alguns desequilíbrios pontuais. Acompanhou por exemplo - quando denunciado - situações de *bullying* impedindo nalguns casos que se prolongassem no tempo. Mais



¹ “É melhor o fim do discurso do que o principio”. in Vulgata, Eclesiastes 7.9.

² Nos anos anteriores, o registo das ocorrências estava a cargo do **GPi**.

³ Cada docente acompanhou o aluno indisciplinado, de forma tutorial, directa ou indirectamente, com ou sem o respectivo director de turma e com maior ou menor frequência junto do encarregado de educação.

⁴ No ano anterior o espaço **GPi** e “Acompanhamento de alunos” coincidiram.

predominante a nível do 2º ciclo (cf. gráfico 2), revestiu-se nas formas verbal ou física (*desde de bater e empurrar, a cuspir, morder, furtar objetos pessoais...*), mas também social (*com a exclusão de colegas nas brincadeiras, ou o espalhar de rumores e de mentiras sobre terceiros*).

Por isso, o trabalhar da autoestima do aluno - que vinha a medo queixar-se - incidiu na atenuação da insegurança e da ansiedade sentidas. Sugeriu-se ao aluno-vítima a frequência de locais mais vigiados e sempre acompanhados de colegas em quem mais podia confiar. A comunicação de situações anómalas ao EE de educação - *via diretor de turma* - foi feita e desde que detetadas.

Outro aposta do **GPI** foi a *mediação escolar*; neste processo, é de destacar a gestão de conflitos. Cada mediador do gabinete teve a oportunidade de usar algumas das técnicas específicas de escuta, de comunicação e de negociação para apoiar as partes em litígio. O acto comunicativo voluntário e confidencial ajudou a encontrar - salvo raras excepções - um acordo que satisfizesse as partes em conflito, pondo termo ao mesmo. Pontualmente, foi necessário recorrer aos préstimos da Polícia Segura, transitando o assunto para instâncias superiores.

1 - Melhoria de um 2º ciclo... por melhorar.

Os registos das ocorrências disciplinares por anos (cf. gráfico 2) permitiram inferir que o esforço despendido pelos colaboradores do **GPI** junto dos alunos sinalizados pelos seus diretores de turma não fosse em vão.

Nos 5º anos, o *ratio* anual (cf. gráfico 3) traduz uma melhoria; contudo se os registos apontam para uma agudização das ocorrências do 1º para o 2º período, tal se deve ao facto de os alunos não terem feito pleno uso do espaço de acompanhamento - enquanto espaço alternativo ao da aula; os alunos “*extrovertidos*” nem sempre o frequentaram, preferindo avaliar agora o grau solar dos espaços exteriores, ora nos passeios matinais, ora nas partidas prolongadas de bola e berlindes. Os “*atrasos*” propositados mais não foram do que prolongamentos festivos dos recreios... encurtados pelos colaboradores do **GPI**. Das turmas que mais

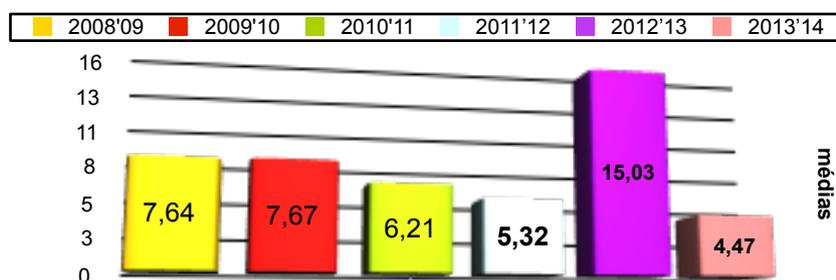


gráfico 3: ratios anuais da evolução da indisciplina (5º anos)

contribuíram nas ocorrências disciplinares poder-se-á apontar o 5ºE, 5ºB, o 5ºA e 5ºH (1ºJEV). De salientar que as mesmas incidiram sobre um número de alunos reincidentes (*objeto de acompanhamento tutorial*), pouco ou nada acompanhados pela família e com uma descontinuidade académica preocupante.

Nos 6º anos, o panorama (in)disciplinar foi *em decrescendo* ao longo do ano escolar; com um número inferior de ocorrências disciplinares (cf. gráfico 2), apresentou também o melhor *ratio* anual de sempre: 1,45 (cf. gráfico 4).

A prevenção e a atuação junto dos alunos disruptivos não resolveu de vezes a indisciplina. Conseguiu todavia atenuar atitudes pouco abonatórias da melhoria comportamental, a saber a desobediência às diretivas dos agentes educativos, uma má postura visual, as agressões verbais e/ou físicas. Se a desobediência às diretivas do professor foi uma das ocorrências mais registadas, a mesma veio a diminuir com o decorrer do ano escolar, contribuindo para a melhoria da autoridade do professor.

¹ cf. já referidos no relatório do 2º período.

Embora o 2º ciclo continuasse a apresentar uma indisciplina crónica objeto de melhoria, os *ratios* apurados apontaram uma melhoria relativamente aos anos escolares anteriores, monitorizados pelo GPI.

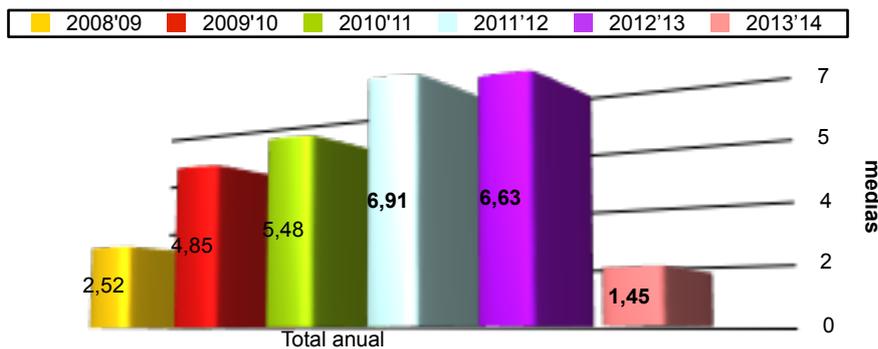
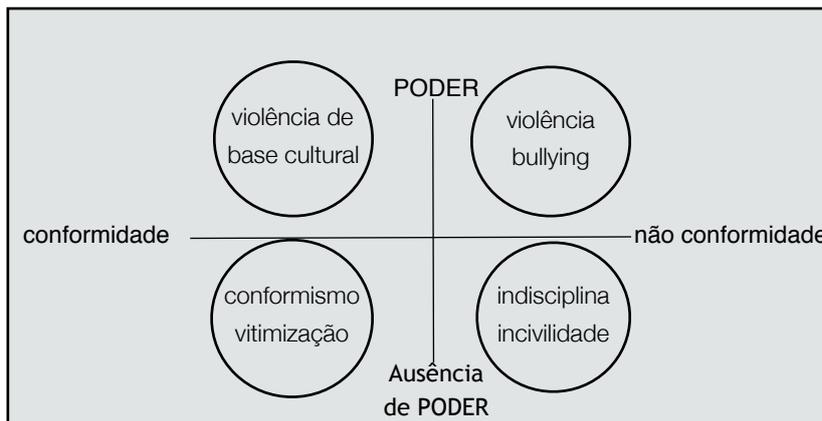


gráfico 4: ratios anuais da evolução da indisciplina (6º anos)

Tal pode encontrar uma resposta na forma de utilização do poder nas interações entre os utentes escolares. No quadro da problemática da indisciplina escolar, consideramos ser este uma forma de dominação, com uma tendência unilateral e desigual, que se expressa no interior dos processos dessa interação, nomeadamente entre indivíduos com o mesmo estatuto, já observado por Scott: “power can be understood, at its most basic, as being the production of causal effects. Social power is, then, seen as the intentional use of causal powers to affect the conduct of other agents”¹.

Talvez por essa razão se tenha observado respeito e reconhecimento junto dos elementos do GPI: na resolução de alguns conflitos e desavenças, identificando-se essas situações como formas de violência que não resultam da tentativa de anulação das hierarquias sociais ou escolares, mas antes da expressão de práticas culturais ancestrais, próprias das relações entre pares juvenis, como observou João Sebastião no seu estudo sobre violência na escola².

Daí ser difícil associarmos genuinamente tais comportamentos disruptivos à relação pedagógica;, tratando - como observou Sebastião³ “da atuação no contexto escolar dos quadros culturais em que os indivíduos são socializados, atuação essa frequentemente contraditória e conflitual com os princípios de socialização escolares.” O mesmo autor sintetizou o “modelo de análise de violência na escola” da seguinte forma:



¹ Scott, J. (2007). Power, domination and stratification: towards a conceptual synthesis, in <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n55/n55a03.pdf> de 15 de junho de 2014.

² citado por Sebastião, João, *Violência na escola: uma questão sociológica*, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém in <http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/348/1/M4.pdf> de 16 de junho de 2014.

³ Sebastião, João, op.cit., página 45.

O GP: observou como a autoridade do professor está indissociavelmente a par do poder que o mesmo exerce mantendo a disciplina, a civilidade e um reconhecimento pedagógico capaz de corrigir a violência exercida por alunos disruptivos.

2 - A humana disciplina do 3º ciclo ao Ensino Secundário.

a) Altruísmo e responsabilidade pessoal.

Não é demais relembrar a referência feita no nosso relatório do 2º período, quando (ao citar Kochanska), Susan Cain sublinhara como “a culpa funcional moderada [podia] mover altruísmo no futuro, responsabilidade pessoal, comportamento adaptável na escola e um relacionamento capaz com os pais, professores e amigos”¹.

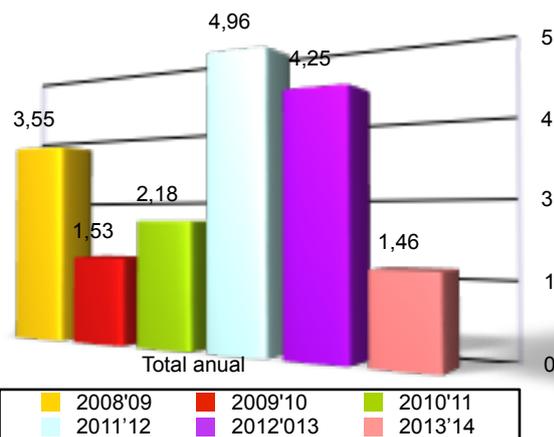


gráfico 5: ratios anuais da evolução da indisciplina (7º anos)

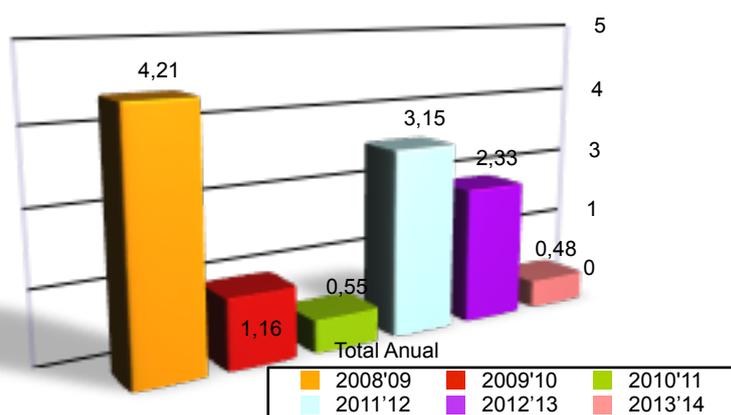


gráfico 6: ratios anuais da evolução da indisciplina (8º anos)

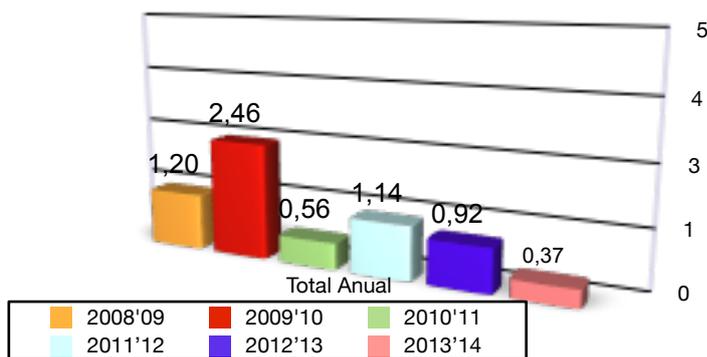


gráfico 7: ratios anuais da evolução da indisciplina (9º anos)

A evolução dos comportamentos nestes ciclos de ensino vem dar razão à observação da psicóloga se analisarmos os índices disciplinares dos 7º, 8º e 9º anos dos gráficos 2, 5, 6 e 7. A consciência que há uma culpado num comportamento indisciplinado só pode ser corrigida pelo próprio ator da culpa, levando-o a corrigir-se. O aspeto que terá ainda de melhorar incide sobre a melhoria da participação dos Encarregados de Educação dos alunos indisciplinados junto dos diretores de turma.

b) inclusão-exclusão versus introversão-extroversão

No ensino Secundário, a indisciplina é residual nos 10º e 11º anos decorrente de desobediência ao professor ou funcionário operacional, recusa no trabalho com resposta que denota uma deficiente compreensão das normas (utilização indevida de sites ou objetos eletrónicos) (cf. gráfico 2), gerando necessidades desiguais em que a atitude *demens* vem irremediavelmente perturbar o comportamento *sapiens*.

Em “Navegando na educação”² com Carlos Fontes, reconhecemos como o exercício da educação inclusiva e exclusiva pôde ao longo dos tempos - no pensamento ocidental - condicionar a nossa visão sobre a educação e

¹ Cain, Susan, (2012), *Silêncio - o poder dos introvertidos num mundo que não pára de falar*, temas e debates, Círculo de Leitores,, página 195. cita, Kochanska, Grazyna, et alii, “Guilt in Young Children: Development, Determinants, and Relations with a Broader System of Stanfards, Child Development 73, nº2 (março/abril de 2002) e Kochanska, Grazyna, et alii, “Guilt and Effortful Control: Two mechanisms That Prevent Disruptive Developmental Trajectories”, Jpurnal of Personality and Social Psychology 97, nº2 (2009), págs. 322-323.

² <http://educar.no.sapo.pt/Exclusao.htm> em 16 de junho de 2014.

os comportamentos discentes que lhe estão ligados. Não foi por mero acaso, que o esforço do **GPI** no sentido de levar o aluno a reconhecer as incorreções decorrentes de um comportamento indisciplinado; incidiu sobre um conceito de escola inclusive e menos segregadora, integradora das desigualdades como já havia reconhecido Edgar Morin¹ (citado por Carlos Fontes) no século XX: “*Precisamos de ligar o homem razoável (sapiens) ao homem louco (demens), ao homem produtor, ao homem técnico...*” Hoje, o problema já é analisado mais a partir das atitudes de seres “introvertidos” e “extrovertidos”, afastando-se do cunho biológico que a filosofia grega lhe inculca para considerar as perspetivas psicológicas e sociológicas.

Conclusão

A melhoria disciplinar registada neste ano escolar é prova de como todo o processo da indisciplina tem tendência a gerar algo de novo na criação de uma nova ordem. Embora o foco da questão tenha permanecido nos 5º anos, a remodelação da gestão escolar - quanto ao funcionamento deste gabinete - permitiu ganhar em qualidade com a gestão disciplinar feita pelo próprio diretor de turma; sem a sobrecarga burocrática dos últimos anos, o **GPI** centrou-se assim na qualidade do atendimento aos alunos sinalizados em detrimento da quantidade. O acompanhamento tutorial teve o seu desenvolvimento positivo no início do ano, definindo contudo no final do ano escolar, ao que um 3º período demasiado curto não estará alheio.

Há todavia atitudes que podem ser objeto de melhoria. Assim, todo o problema disciplinar detetado até meados do mês de outubro deveria ser matéria de uma análise mais acérrima até ao final do mês de outubro (*os conselhos de turma intercalares poderão servir para essa finalidade*). Uma reflexão primária pôde também levar-nos a questionar sobre o que levou a estimular os neurónios na libertação da Dopamina de alguns petizes mais indisciplinados, para os tornar incompreensivelmente eufóricos, a certas alturas das manhãs. Uma observação rudimentar obrigou-nos a questionar sobre o que fazem certos discentes - repetidas manhãs - sentados no espaço dos alunos quando deviam estar na sala de aula. Por que respondiam de forma incorreta aos agentes educativos que os questionavam sobre a razão de não se encontrarem a frequentar as aulas. Perguntamos que mecanismo os pode inibir de dar esse exemplo deformador aos outros discentes. Onde estão os Encarregados de Educação?

Questionamo-nos ainda se não deveria reforçar a imagem de uma escola de qualidade na limitação dos exemplares “*frequentadores escolares*”, que contribuem na mancha do esforço coletivo e educativo; um reforço na vigilância nas traseiras dos pavilhões e um plano concertado com os agentes da *polícia segura* na monitorização de certas atitudes anómalas beneficiaria a prevenção de uma certa franja indisciplinar?

Desde logo, é essencial que no diagnóstico da nossa realidade escolar se definem os projetos tendentes à prevenção: uma maior intervenção nos recreios, por exemplo, quer na vertente da fiscalização quer na criação de atividades lúdicas e apelativas para as quais os alunos canalizariam as suas energias seriam bem-vindas. Nesse espaço, os alunos do 2º ciclo interagiriam de forma saudável, em vez de se assistir a pequenas brigas e lutas sob a capa diáfana das “brincadeiras”. Como refere Ana Teresa Leal², “*o recreio foi identificado como o local onde os alunos se sentem menos seguros dado ser mais propício a atos de violência, sendo imediatamente seguido pela casa de banho e pela paragem do autocarro. Só depois vêm locais como a sala de aula, as escadas ou o refeitório.*” Espaços de recreio agradáveis com atividades interessantes e apelativas, devidamente vigiadas, obstarão à ocorrência de muitas situações de violência, as mesmas que transitam para o espaço aula.

Laranjeiro, 18 de junho de 2014

Pela equipa do **GPI** (Gabinete da Prevenção da Indisciplina),

O coordenador: *Miguel Daluz*

¹ Morin, Edgar, (1973), *O Paradigma Perdido: A Natureza Humana*, 4ª edição, publicações Europa-América.

² Leal, Ana Teresa et alii, (2013), *O Bullying e as novas formas de violência entre os jovens - indisciplina e delitos em ambiente escolar*, Série: Formação Contínua, Coordenação da Ação de Formação: Helena Bolieiro, Edição: Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, página 103, in www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Bullying/Bullying_novas_formas_violencia_escolar.pdf consultado em 15 de junho de 2014.